

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.428	8.346
Concessionárias	5	38.001	8.736
Impostos e contribuições sociais	6	15.405	180
Outros créditos	10	110	179
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>93.944</b>	<b>17.441</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições sociais	6	31.955	55.554
Tributos diferidos	7	43.593	32.383
Cauções e depósitos vinculados	9	30.170	2.208
Outros créditos	10		5
		<b>105.718</b>	<b>90.150</b>
Imobilizado	11	1.295.598	1.336.286
Intangível	12	15.056	15.545
		<b>1.310.654</b>	<b>1.351.831</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.416.372</b>	<b>1.441.981</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.510.316</b>	<b>1.459.422</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	10.144	36.844
Impostos e contribuições sociais	6	290	291
Debêntures	14	6.128	3.956
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	31.255	110.713
Uso do bem público	16	864	836
Provisões	17	18.094	19.937
Outras contas a pagar	10	10.069	10.661
		<b>76.844</b>	<b>183.238</b>
<b>Total do Passivo Circulante</b>			
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	14	216.828	208.679
Empréstimos e financiamentos	15	552.769	478.324
Uso do bem público	16	10.588	10.404
Provisões	17	9.916	13.833
Outras contas a pagar	10	399	547
		<b>790.500</b>	<b>711.787</b>
<b>Total do Passivo Não circulante</b>			
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	18.1	728.600	627.601
Prejuízos acumulados		(85.628)	(63.204)
		<b>642.972</b>	<b>564.397</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.510.316</b>	<b>1.459.422</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2017	2016	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro			(33.634)	(69.315)
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Depreciações e amortizações		44.045	31.905	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2.734	1.268	
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber			13.806	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		78.863	34.627	
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.087	1.762	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		823	3.561	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		729	561	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		555		
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(435)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(187)	(238)	
		<b>94.580</b>	<b>17.937</b>	

(Aumento) diminuição de ativos operacionais

Concessionárias	(29.265)	(8.736)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(5.546)	(5.142)
Cauções e depósitos vinculados	(1.315)	(2.208)
Outros ativos operacionais	74	13
	<b>(36.052)</b>	<b>(16.073)</b>

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Fornecedores	(26.700)	(8.008)
Outros tributos e contribuições sociais	14.106	5.362
Provisões	(8.266)	(17.695)
Uso do bem público	(875)	(498)
Outros passivos operacionais	(1.295)	(109)
	<b>(23.030)</b>	<b>(20.948)</b>

Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais

<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(4.648)	(74.761)
		<b>(4.648)</b>	<b>(74.761)</b>

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Cauções e depósitos vinculados		(26.212)	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		57.785	195.521
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(14.172)	(133.246)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(16.169)	
	25.1	<b>1.232</b>	<b>62.275</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>			
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>32.082</b>	<b>(31.570)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		40.428	8.346
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.346	39.916
		<b>32.082</b>	<b>(31.570)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>627.601</b>	<b>(17.339)</b>	<b>610.262</b>
Prejuízo do exercício		(45.865)	(45.865)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>627.601</b>	<b>(63.204)</b>	<b>564.397</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>627.601</b>	<b>(63.204)</b>	<b>564.397</b>
Aumento de capital - AGE de 27/12/2017	100.999		100.999
Prejuízo do exercício		(22.424)	(22.424)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>728.600</b>	<b>(85.628)</b>	<b>642.972</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional  
A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).  
A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.  
1.1 Concessão  
A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão				
Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga				
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/13	29/05/48
O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Em 31 de dezembro de 2017, a energia assegurada é de 129,7 MWm: (i) 34,7 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR até dezembro de 2046; e (ii) 80,7 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL no prazo de julho de 2017 a dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018, a totalidade da energia assegurada está representada por CCEARs no ACR até 2046. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$95,31 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.							
Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.							
De acordo com o contrato de concessão, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE Cachoeira Caldeirão estava previsto para ocorrer a partir de janeiro de 2017. Contudo, a Companhia recebeu da ANEEL, durante o exercício de 2016, as Declarações Comerciais de Operação - DCOs para iniciar antecipadamente a operação comercial da UHE Cachoeira Caldeirão.							
Da energia gerada antecipadamente às obrigações contratuais, parte foi fornecida ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo remuneradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (Submercado Norte) e liquidadas no mercado de curto prazo, e parte foi comercializada em contratos bilaterais. Seguem abaixo, em ordem cronológica, as datas que foram previstas de entrada em operação, conforme contrato de concessão, e os respectivos Despachos que autorizam a entrada em operação antecipada das unidades geradoras:							
	Data prevista	Data da entrada em operação	Despacho - ANEEL	Capacidade Instalada (MW)			
Unidade Geradora 01 - UG01	01/01/2017	05/05/2016	nº 1.104 de 04/05/2016	73			
Unidade Geradora 02 - UG02	01/03/2017	07/06/2016	nº 1.491 de 06/06/2016	73			
Unidade Geradora 03 - UG03	01/05/2017	04/08/2016	nº 2.108 de 04/08/2016	73			

1.1.1 Uso do bem público - UBP  
A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$658, fixado na data de assinatura do contrato de concessão, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$11.452 (R\$11.240 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 16).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.  
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis  
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração  
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.  
2.4 Uso de estimativa e julgamento  
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7); Avaliação da vida útil do imobilizado e do intangível (Notas 11 e 12); Provisões para contingências (Nota 17.1); Recuperação dos ativos - impairment (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1); e Provisão para licenças ambientais (Nota 17.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.  
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 5) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.  
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitir novas normas e revisões às normas já existentes.  
2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRIC 23 - Imposto De Renda - Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplicar-se-á a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.  
CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)  
Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) No que se refere ao novo modelo de impairment para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.  
(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia identificou a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo.  
A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Cauções e depósitos vinculados	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
(iii) Em relação à contabilidade de hedge, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.		
<b>CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)</b>		
Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.		
Esta norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Conforme descrito na nota 26.1, a Companhia possui R\$1.343, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.		

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

**ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

**2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017**

**Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16**

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 25.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**3 Eventos significativos no exercício**

**3.1 Liberações de recursos**

Durante o exercício de 2017 a Companhia obteve as seguintes liberações de recursos junto ao BNDES:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES FINEM	jun/17	nov/37	8.613	TJLP + 2,12% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão
BNDES FINEM	out/17	nov/37	50.347	TJLP + 2,12% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão
			<b>58.960</b>		

Para mais informações sobre as liberações, vide nota 15.

**3.2 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico**

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.

As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.

Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as alterações propostas na consulta pública.

**3.3 Descontratação de energia**

Em 24 de julho de 2017 foi realizada a descontratação de contratos de energia no ACR, por meio do MCSD - A0, de 95 MW médios sendo, 14,30 MW médios mantidos para *hedge* e 80,70 MW médios recontratados no ACL para as comercializadoras dos controladores em conjunto, na mesma proporção de suas participações societárias. Esta descontratação tem vigência de julho a dezembro de 2017.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	2.781	4.862
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	37.647	502
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures		2.982
	<b>37.647</b>	<b>3.484</b>
<b>Total</b>	<b>40.428</b>	<b>8.346</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivale ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas de 90,00% a 95,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

**5 Concessionárias**

	31/12/2017	31/12/2016
Consumidores		
Clientes livres	-	96
		<b>96</b>
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	15.000	8.640
Energia de curto prazo	23.001	
	<b>38.001</b>	<b>8.640</b>
	<b>38.001</b>	<b>8.736</b>

**8 Partes relacionadas**

Além dos contratos de mútuo a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 15), que foram integralizados ao capital social em dezembro de 2017, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo			Passivo			Receitas (Despesas)		
				Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		Operacional		
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>												
<b>Suprimento de energia elétrica</b>												
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2016 até 31/12/2016		4.810							33.550
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/06/2016 até 30/06/2016									2.522
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/07/2017 até 31/12/2017	4.803								28.503
Lajeado	Controle Comum	108,68	01/07/2016 até 31/07/2016									445
Porto do Pecém	Controle Comum	113,58	01/08/2016 até 31/08/2016									2.113
ECE Participações	Controle Comum	147,05	01/09/2016 até 30/11/2016				351					4.837
CTG Brasil Comercializadora	Controladora em conjunto		01/07/2017 até 31/12/2017	4.803							28.503	
				<b>9.606</b>	<b>4.810</b>	-	-	<b>351</b>	-	-	<b>57.006</b>	<b>43.467</b>
<b>Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 10)</b>												
<b>Devolução - Prêmio de seguro</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		31/12/2016			4						4
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 até 31/12/2018						21	318	(311)	(279)
EDP Espírito Santo	Controle Comum		29/07/2015 até 29/07/2019						1	1	(7)	(10)
<b>Contrato Prestação de Serviços (b)</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2016 a 31/12/2017								(466)	(404)
EDP PCH	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018								228	(460)
				-	-	4	-	-	22	547	(1.244)	(1.122)
<b>Fornecedores (Nota 13)</b>												
<b>Suprimento de energia elétrica</b>												
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/04/2016 até 30/04/2016									(2.306)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/03/2017 até 31/12/2017				1.577				(29.591)	
Lajeado	Controle Comum	80,43	01/05/2016 até 31/05/2016									(479)
Energest	Controle Comum	126,35	01/01/2017 até 31/12/2016									(4.538)
							385					(4.538)
				<b>9.606</b>	<b>4.810</b>	<b>4</b>	<b>1.962</b>	<b>351</b>	<b>22</b>	<b>547</b>	<b>(34.129)</b>	<b>(2.785)</b>
							<b>1.962</b>				<b>21.633</b>	<b>39.560</b>

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avisos recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 26.2).

**(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura**

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**EDP - Energias do Brasil**

O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/2008, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

**EDP Espírito Santo**

Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações do Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como contratada a EDP Espírito Santo e contratante a Companhia.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anulados sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL. Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

**(b) Contratos de Prestação de Serviços**

Os contratos não necessitam ser submetidos à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, estes contratos poderão sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

**EDP - Energias do Brasil**

O contrato, com previsão de vigência de 24 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2016, tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, contabilidade e gestão tributária, auditoria, meio ambiente, jurídico, financeiro, informática, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético etc.

**EDP PCH**

O contrato, com previsão de vigência de 36 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de operação e engenharia de operação e manutenção como por exemplo, atividades relacionadas a assuntos energéticos, a assuntos de intervenções e atividades relacionadas à área administrativa-técnica da operação da usina.

**8.1 Controladora direta e Controladoras finais**

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

**8.2 Remuneração dos administradores**

**8.2.1 Remuneração total da Diretoria Estatutária paga pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro**

	Diretoria Estatutária	
	2017	2016
Remuneração (a)	456	804
Benefícios de curto prazo (b)	21	32
Benefícios - Previdência Privada	3	41
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>877</b>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

**9 Cauções e depósitos vinculados**

	Notas	Não circulante	
		31/12/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais	17.1	3.523	2.208
Cauções e depósitos vinculados		26.647	
<b>Total</b>		<b>30.170</b>	<b>2.208</b>

O montante de Cauções e depósitos vinculados de R\$26.647 refere-se a garantia exigida junto a 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R\$13.200 é correspondente a três vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (ii) R\$11.530 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; e (iii) R\$1.917 é correspondente a 1/6 da próxima parcela da dívida que serão mantidos na conta vinculada até o efetivo pagamento desta próxima parcela.

Os saldos de Concessionárias são totalmente vincendos e são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.4.

**6 Impostos e contribuições sociais**

Ativos - Compensáveis	Nota	Saldo em		Atualização			Saldo em
		31/12/2016	Adição	monetária	Reclassificação	Transferência	
Imposto de renda e contribuição social		2.345		187	45		2.577
ICMS		103					103
PIS e COFINS	6.1	46.312	4.361			(14.107)	36.566
IRRF sobre aplicações financeiras		6.726	256		(45)		6.937
Outros		248	929				1.177
<b>Total</b>		<b>55.734</b>	<b>5.546</b>	<b>187</b>	<b>-</b>	<b>(14.107)</b>	<b>47.360</b>
Circulante		180					15.405
Não Circulante		55.554					31.955
<b>Total</b>		<b>55.734</b>					<b>47.360</b>

Passivo - a recolher	Nota	Saldo em		Adiantamentos/			Saldo em
		31/12/2016	Adição	Pagamentos	Transferência	31/12/2017	
ICMS		19	891	(903)			7
PIS e COFINS		9	14.098		(14.107)		
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		106	1.230	(1.213)			123
Encargos com pessoal		157	162	(159)			160
<b>Total</b>		<b>291</b>	<b>16.381</b>	<b>(2.275)</b>	<b>(14.107)</b>		<b>290</b>
Circulante		291					290
<b>Total</b>		<b>291</b>					<b>290</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**6.1 PIS e COFINS**

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão a serem compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

**7 Tributos diferidos**

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade



**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17.1.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja as perdas estimadas como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$68.

**17.2 Licenças Ambientais**

O montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$23.714 (R\$30.209 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 0237/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015 pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá e autoriza a Companhia a operar a UHE Cachoeira Caldeirão, localizada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP).

A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

Do montante provisionado, destacam-se os valores de R\$11.886 relacionados às obras de melhoria de infraestrutura e saúde, R\$3.199 relacionados a nota técnica sobre construção das sedes do IMAP e SEMA e R\$2.294 relacionados ao monitoramento da fauna.

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo de 6 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em		Atualização				Saldo em	
	31/12/2016	Constituição	Pagamentos	monetária	Transferências	AVP	31/12/2017	
Circulante	19.937	528	(7.752)	(111)	5.379	113	18.094	
Não Circulante	10.272			(74)	(5.379)	801	5.620	
<b>Total</b>	<b>30.209</b>	<b>528</b>	<b>(7.752)</b>	<b>(185)</b>	<b>-</b>	<b>914</b>	<b>23.714</b>	

**18 Patrimônio líquido**
**18.1 Capital social**

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$728.600 (R\$627.601 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 27 de dezembro de 2017, foi realizado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de múltiplos na data-base 30 de novembro de 2017 detidos pelos acionistas EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil (Nota 15), na proporção que ambos os acionistas detêm no capital social da Companhia. O aumento foi no valor de R\$100.999 com emissão de 100.999.500 novas ações nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$1,00 por ação.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal.

Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
<b>Acionista</b>				
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	313.500.250	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	313.500.250	50,00
<b>Total</b>	<b>728.000.000</b>		<b>627.000.500</b>	

**19 Receita**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Suprimento de energia	1.073.036	621.435	147.567	60.551
Energia de curto prazo	2.059	4.236	3.940	11.940
Comercialização		4.115		569
(-) Receitas capitalizadas				(7.510)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.075.095</b>	<b>629.786</b>	<b>151.507</b>	<b>65.550</b>
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(14.014)	(6.758)
(-) Tributos capitalizados				695
P&D			(1.292)	(544)
Outros encargos			(4.852)	(2.249)
			<b>(20.158)</b>	<b>(8.856)</b>
<b>Receitas</b>	<b>1.075.095</b>	<b>629.786</b>	<b>131.349</b>	<b>56.694</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

**20 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2017						2016	
	Custo da operação e do serviço			Despesas operacionais			Total	Total
	Com energia	De	Gerais e	Outros	Total			
	Nota	elétrica	operação	administrativas	Outros			
Energia elétrica comprada para revenda		9.771				9.771	17.284	
Encargos de uso da rede elétrica		16.470				16.470	11.782	
Encargos capitalizados (-)							(2.772)	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.1		3.764	317		4.081	4.687	
Material			623	7		630	193	
Serviços de terceiros	20.2		3.710	2.381		6.091	4.827	
Depreciação			43.426	25		43.451	28.070	
Amortização			574	20		594	3.835	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					202	202	3.518	
Aluguéis e arrendamentos			12	188		200	541	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					115	115		
Outras		93	2.096	932		3.121	1.546	
<b>Total</b>		<b>26.334</b>	<b>54.205</b>	<b>3.870</b>	<b>317</b>	<b>84.726</b>	<b>73.511</b>	

**20.1 Pessoal e Administradores**

	2017		2016	
Pessoal				
Remuneração			2.135	1.276
Encargos			821	659
Previdência privada - Corrente			10	10
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial			73	34
Despesas rescisórias			177	449
Participação no Lucros e Resultados - PLR			10	708
Outros benefícios - Corrente			434	470
			<b>3.660</b>	<b>3.606</b>
Administradores				
Honorários e encargos			419	1.076
Benefícios dos administradores			2	5
			<b>421</b>	<b>1.081</b>
			<b>4.081</b>	<b>4.687</b>

**20.2 Serviços de terceiros**

	2017		2016	
Serviços de consultoria			1.477	1.239
Serviços de manutenção			2.454	696
Serviços de limpeza e vigilância			368	523
Serviços ambientais			67	137
Serviços de informática			879	1.092
Serviços condominiais			68	59
Serviços de publicação e publicidade			70	91
Serviços de telecomunicações			134	121
Serviços de transporte			347	384
Outros			227	485
			<b>6.091</b>	<b>4.827</b>

**21 Resultado financeiro**

	Nota		2017		2016	
<b>Receitas financeiras</b>						
Juros e variações monetárias						
Renda de aplicações financeiras e caução			1.396		306	
Energia vendida			209		183	
Juros e multa sobre tributos		6	187		238	
Outros juros e variações monetárias			185			
(-) Juros capitalizados					(2)	
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras			(121)		(37)	
Outras receitas financeiras			3		67	
			<b>1.859</b>		<b>755</b>	
<b>Despesas financeiras</b>						
Encargos de dívida						
Empréstimos e financiamentos		15.2	(57.056)		(61.278)	
Debêntures		14.2	(21.807)		(27.500)	
(-) Juros capitalizados					40.345	
Juros e variações monetárias						
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		17.1	(621)		(43)	
Uso do bem público		16	(750)		(2.558)	
Ajustes a valor presente			(1.251)		(430)	
Outras despesas financeiras			(631)		(1.789)	
			<b>(82.116)</b>		<b>(53.253)</b>	
<b>Total</b>			<b>(80.257)</b>		<b>(52.498)</b>	

**22 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2017		2016	
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(33.634)		(69.315)
Alíquota		34%		34%
IRPJ e CSLL		<b>11.436</b>		<b>23.567</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações		(201)		
Outras		(25)		(117)
<b>Resultado de IRPJ e CSLL</b>		<b>11.210</b>		<b>23.450</b>
Alíquota Efetiva		33,33%		33,83%

**23 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2017		2016	
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas		(22.424)		(45.865)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		627,001		627,001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)		<b>(0,03576)</b>		<b>(0,07315)</b>

**24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de fluxos.

**24.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

**24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

**• Valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

**• Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**• Mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**• Outros ao custo amortizado**

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
			Valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor contábil
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	37.647	3.484	37.647	3.484
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>						
Cauções e depósitos vinculados	9		26.647		26.647	
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			2.781	4.862	2.781	4.862
Concessionárias	5		38.001	8.736	38.001	8.736
Outros créditos - Partes relacionadas	8			4		4
			<b>105.076</b>	<b>17.086</b>	<b>105.076</b>	<b>17.086</b>
<b>Passivos financeiros</b>						

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Acima de 2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
		ano	5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.319		2.319	580	1.160	(580)	(1.160)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>2.319</b>	-	<b>2.319</b>	<b>580</b>	<b>1.160</b>	<b>(580)</b>	<b>(1.160)</b>
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(44.678)	(155.604)	(254.264)	(454.546)	(88.170)	(168.311)	88.170
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(44.678)</b>	<b>(155.604)</b>	<b>(254.264)</b>	<b>(454.546)</b>	<b>(88.170)</b>	<b>(168.311)</b>	<b>88.170</b>
Debêntures	IPCA	(17.366)	(58.447)	(42.211)	(118.024)	(11.196)	(22.391)	11.196
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>IPCA</b>	<b>(17.366)</b>	<b>(58.447)</b>	<b>(42.211)</b>	<b>(118.024)</b>	<b>(11.196)</b>	<b>(22.391)</b>	<b>11.196</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI estável em 7,00%; TJLP entre 5,00% e 6,75% a.a.; e IPCA entre 3,10% e 4,70% a.a.

**24.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia são apresentados nas notas 14 e 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2017					31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Passivos financeiros</b>						<b>Total</b>
Fornecedores	2.144	3.036	4.964		10.144	36.844
Debêntures			6.128	74.473	142.355	222.956
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	4.466	4.869	21.920	125.950	426.819	584.024
Uso do bem público	74	146	644	2.934	7.654	11.452
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					22	22
	<b>6.684</b>	<b>8.051</b>	<b>33.656</b>	<b>203.357</b>	<b>576.850</b>	<b>828.598</b>

**24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15. Até 31 de dezembro de 2017 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 26.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

**24.2.3 Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR a partir de 2017, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, no exercício de 2017, antecipando o cenário de deterioração do PLD e GSF em decorrência da piora do cenário hidrológico brasileiro, a Companhia implementou algumas iniciativas a fim de reforçar as estratégias de proteção aos impactos causados pelos altos preços de energia no mercado livre, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio (Nota 3.3).

**24.2.4 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**24.2.5 Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSAP etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**24.2.6 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Yujun Liu</b> Presidente	<b>Evandro Leite Vasconcelos</b> Conselheiro	<b>Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho</b> Conselheiro
<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Conselheiro	<b>Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa</b> Conselheiro	<b>Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire</b> Conselheiro

**DIRETORIA**

<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente	<b>José Cherem Pinto</b> Diretor Operacional e Técnico	<b>André Luis Nunes de Mello Almeida</b> Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos
<b>Silvio Alexandre Scucuglia da Silva</b> Diretor Financeiro, Operacional e Técnico Adjunto		

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos em sua auditoria do exercício corrente. O assunto a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Avaliação de eventual perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Nota 11)</b>	Entre outros, executamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas em corporate finance. Analisamos e questionamos as previsões de fluxo de caixa futuro e o processo usado em sua elaboração, comparamos dados financeiros utilizados com a mais recente versão do orçamento, acompanhamos a aprovação desse processo pelos órgãos de governança, bem como realizamos testes do cálculo do valor em uso. Questionamos as principais premissas utilizadas, solicitando análises e estudos que deram base para as estimativas mais críticas, bem como a taxa de desconto utilizada, confrontando com entidades comparáveis. Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e os dados e informações por nós observados são consistentes com as divulgações em notas explicativas.

**Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Total dos empréstimos e debêntures	806.980	801.672
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(40.428)	(8.346)
Dívida líquida	766.552	793.326
Total do Patrimônio Líquido	642.972	564.397
<b>Total do capital</b>	<b>1.409.524</b>	<b>1.357.723</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>54,38%</b>	<b>58,43%</b>

**25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**25.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Saldo em 31/12/2017
Cauções e depósitos vinculados	9	(26.212)	(435)	26.647
Capital social	18.1	627.601	100.999	728.600
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	801.672	12.766	(34.902)
		<b>1.429.273</b>	<b>1.232</b>	<b>1.562.221</b>

**25.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2017			
	2017	2016	2017	2016
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado e intangível	528	40.345		
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	426	12.562		
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	100.999			
Aumento de capital com capitalização de mútuos	566			
Constituição do Uso do Bem Público no intangível	53.473			
<b>Total</b>	<b>101.953</b>			

**26 Compromissos contratuais e Garantias**

**26.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2017				
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	925	431	17		1.373
Obrigações de compra					823
Compra de Energia	4.618	8.918	8.496	88.866	110.898
Materiais e serviços	70.122	21.672	524	3.931	96.249
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	60.432	101.413	77.823	165.044	404.712
	<b>136.097</b>	<b>132.434</b>	<b>86.860</b>	<b>257.841</b>	<b>538.303</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2017				
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	603	349	14		966
Obrigações de compra					663
Compra de Energia	4.655	9.311	9.311	110.833	134.110
Materiais e serviços	55.362	17.572	449	3.769	77.152
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	60.535	112.265	98.616	298.816	570.232
	<b>121.155</b>	<b>139.497</b>	<b>108.390</b>	<b>413.418</b>	<b>727.728</b>

**26.2 Garantias**

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Depósito Cauçionado	Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.647	
Fiança Bancária	Empréstimos e financiamentos	340.800	340.800
	Debêntures		
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	340.800	340.800
	Debêntures		
Recebíveis	Outros	1.482	1.558
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos	728.600	627.602
	Debêntures		
		<b>1.438.329</b>	<b>1.310.760</b>

**27 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	30.092	200.000	30.092	200.000
Usinas	1.006.356		1.006.356	
Responsabilidade civil	50.000	50.000	20.000	20.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais	2.669	(*)	3.737	(*)

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.389.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura em excesso para até R\$50.000; e
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$18.218.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**